

Relatório da Base de Abastecimento (SBR)

www.sbp-cert.org



Completed in accordance with the Supply Base Report Template Version 1.3

*For further information on the SBP Framework and to view the full set of documentation see
www.sbp-cert.org*

Document history

Version 1.0: published 26 March 2015

Version 1.1 published 22 February 2016

Version 1.2 published 23 June 2016

Version 1.3 published 14 January 2019

© Copyright The Sustainable Biomass Program Limited 2019

Conteúdos

1	Visão Geral.....	1
2	Descrição da Base de Abastecimento.....	2
2.1	Descrição Geral.....	2
2.2	Ações desenvolvidas para promover a certificação dos fornecedores de matéria-prima.....	10
2.3	Programa de amostragem de corte final	11
2.4	Diagrama de fluxo de entradas de matéria-prima mostrando o tipo de matéria-prima (Opcional)	11
2.5	Quantificação da Base de Abastecimento.....	11
3	Exigência para Avaliação da Base de Abastecimento (SBE)	13
4	Avaliação de Base de Abastecimento	14
4.1	Âmbito	14
4.2	Justificação.....	14
4.3	Resultados da Avaliação de Riscos	14
4.4	Resultados do Programa de Verificação de Fornecedores	15
4.5	Conclusão	15
5	Processo de Avaliação da Base de Abastecimento	17
6	Consulta de Partes Interessadas	19
6.1	Resposta aos comentários das partes interessadas	19
7	Visão Geral da Avaliação de Risco Inicial	20
8	Programa de Verificação de Fornecedores.....	21
8.1	Descrição do Programa de Verificação de Fornecedores	21
8.2	Visitas ao local	21
8.3	Conclusões do programa de verificação de Fornecedores	21
9	Medidas de Mitigação	22
9.1	Medidas de Mitigação	22
9.2	Monitorização e Resultados	30
10	Evidências Detalhadas dos Indicadores	32
11	Revisão do Relatório.....	33
11.1	Revisão pelos pares.....	33
11.2	Avaliações públicas ou adicionais	33
12	Aprovação do Relatório	34

13	Actualizações	35
13.1	Alterações significativas na Base de Abastecimento	35
13.2	Eficácia das medidas de mitigação anteriores	35
13.3	Novas classificações de risco e medidas de mitigação.....	35
13.4	Valores reais das matérias-primas nos últimos 12 meses	36
13.5	Dados projetados para a matéria-prima nos próximos 12 meses	36

1 Visão Geral

Nome do produtor: GLOWOOD - INDÚSTRIA, SA.

Localização: Parque Empresarial, Lote 1, Expansão 1. Cercal do Alentejo - 7555-999
Santiago do Cacém, PORTUGAL

Posição geográfica: 37°47'36.1"N 8°41'08.3"W

Pessoa de Contacto: Natércia Carvalho

Parque Empresarial, Lote 1, Expansão 1. Cercal do Alentejo - 7555-999
Santiago do Cacém, PORTUGAL

Telefone: +351 269 949 393, email: ncarvalho@glowood.pt

Website: <http://www.glowood.pt>

Data do Relatório: 08/02/2019

Fecho última Auditoria: 06/03/2018, Cercal do Alentejo.

Entidade Certificadora: NEPCon Spain I C

Tradução para Inglês: Sim

Normas SBP utilizadas: Standard 1 version 1.0, Standard 2 version 1.0, Standard 4 version 1.0, Standard 5 version 1.0

Weblink para as Normas: <http://www.sustainablebiomasspartnership.org/documents>

Avaliação de Risco Regional reconhecida pelo SBP: não aplicável

Weblink para SBE: <http://www.glowood.pt/>

Indicar como a presente avaliação se enquadra no ciclo das Avaliações da Base de Abastecimento				
Avaliação Principal (Inicial)	Primeira Manutenção	Segunda Manutenção	Terceira Manutenção	Quarta Manutenção
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>

2 Descrição da Base de Abastecimento

2.1 Descrição Geral

A **Glowood – Indústria, SA** foi fundada em Maio de 2011, com o apoio do IAPMEI, através do programa POalentejo. Dedica-se à produção e comercialização de pellets, com forte vocação para o mercado externo, onde mais de 80% da produção se destina a exportação.

A empresa adquire madeira em rolo, estilhas e serrim, essencialmente de Pinho (Pinheiro Bravo/*Pinus pinaster* e Pinho Manso/*Pinus pinea*), como matéria-prima para seu processo industrial. Para processo de secagem, para além da biomassa de Pinho (rolaria fina, cascas, resíduos e sobrantos), também pode ser utilizada rolaria fina e sobrantos de Eucalipto (*Eucalyptus* spp.) e muito raramente de Choupo (*Populus* spp), Acácia (*Acacia* spp) e eventualmente outras espécies.

Todo material lenhoso tem origem em áreas florestais de Portugal, pertencentes maioritariamente aos distritos de Setúbal, Beja, Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém, Castelo Branco, Faro, Leiria e Coimbra. Durante o ano de 2018 também foi rececionado uma pequena quantidade de material proveniente de São Miguel, Açores.

O material primário (rolaria, sobrantos de exploração e outros resíduos florestais com destaque para as ramas resultantes da desramação de Pinho Manso) é fornecido por cerca de 32 empresas, maioritariamente pequenas e médias, as quais são sensibilizadas e controladas para disporem da informação necessária acerca da unidade de gestão de origem, contando com um compromisso declarado para o efeito.

Os fornecedores que adquirem madeira em pé e procedem a sua exploração, usualmente fazem uma seleção do material, destinando a rolaria grossa para processos de maior valor agregado (serrações) e a rolaria fina e os sobrantos para outros processos, incluindo o fabrico de pellets e a produção de energia.

Esta prática é incentivada pela empresa, contando com uma política de abastecimento para promover o bom aproveitamento e a sustentabilidade dos recursos florestais. A receção de rolaria de maiores dimensões é limitada (diâmetro ≤ 40 cm) e há um acordo formal com uma serração, localizada ao lado da fábrica, a qual recebe a rolaria grossa que eventualmente seja trazida pelos fornecedores, fornecendo em troca serrim e outros resíduos do processo (costaneiros, aparas, rolaria fina, etc.).

O material secundário (estilha e serrim) provem de fornecedores que entregam o material produzido (estilha) ou resultante do processo de serragem (serrim) essencialmente de 6 serrações, as quais, por sua vez, também se abastecem de madeira oriunda de áreas florestais de Portugal, principalmente das proximidades das mesmas, tendo sido feita neste ano, uma pequena experiência de utilização de estilhas e retestos de madeira de Criptoméria (*Cryptomeria japonica*) com origem em São Miguel, Açores.

Portanto, a área de abastecimento da empresa segue sendo essencialmente o território continental Português.

A **Glowood** produziu em 2018 um total de 34.105,36 t de pellets, com um nível de consumo de matéria-prima florestal na ordem das 72.413,95 t.

Portugal tem aproximadamente 9.8 milhões de habitantes e 8.7 milhões de hectares de área.

De acordo com os dados preliminares do último Inventário Florestal Nacional, 2013 (IFN6 – Áreas dos usos do solo e das espécies florestais de Portugal continental em 1995, 2005 e 2010), o uso florestal do solo é o uso dominante do território continental. A Floresta Portuguesa ocupa 3.2 milhões de hectares, o que corresponde a 35,4% do território nacional, uma das maiores proporções de áreas florestadas da Europa.

Uso do Solo em Portugal – 2010

Fonte: ICNF – Inventário Florestal Nacional, Resultados Preliminares, 2013

- 35% Floresta
- 32% Matos e Pastagens
- 24% Agricultura
- 5% Urbano
- 2% Águas Interiores
- 2% Improdutivos

Ocupação Florestal em Portugal Continental – 2010

Fonte: ICNF – Inventário Florestal Nacional, Resultados Preliminares, 2013

- 26% Eucalipto / *Eucalyptus spp.*
- 23% Sobreiro / *Quercus suber*
- 23% Pinho Bravo / *Pinus pinaster*
- 11% Azinheira / *Quercus rotundifolia*
- 6% Pinho Manso / *Pinus pinea*
- 2% Carvalhos / *Quercus spp.*
- 1% Castanheiro / *Castanea sativa*
- 6% Outras Folhosas
- 2% Outras Resinosas

A superfície florestal cuja espécie dominante é o Eucalipto representa a maior área do país (812 mil ha; 26%), o Sobreiro a segunda (737 mil ha; 23%), seguido do Pinho Bravo (714 mil ha; 23%). A área ocupada por espécies resinosas corresponde a 31% da floresta portuguesa, sendo a restante (69%) ocupada por espécies folhosas.

Ao longo do período 1995-2010 as áreas de floresta apresentam uma diminuição de -4,6%, o que corresponde a uma taxa de perda líquida de -0,3%/ano (10 mil ha/ano). A diminuição líquida de áreas de floresta (-150 611 ha) deve-se sobretudo à sua conversão para a classe de uso “matos e pastagens”. Para além dessa conversão de uso, é significativo o valor de área de terrenos em uso florestal que são convertidos para uso urbano entre 1995 e 2010 (28 mil ha).

Note-se que apesar de existir uma diminuição da área de floresta, o facto de esta não ser acentuada demonstra a significativa resiliência da floresta às fortes perturbações a que esteve sujeita durante o período em análise. Por um lado, pelos gravíssimos incêndios florestais das duas últimas décadas (mais de 2,5 milhões de hectares ardidos entre 1990 e 2012), e por outro, pela ocorrência de doenças como o Nemátodo da Madeira do Pinheiro que tem afetado severamente o pinhal-bravo nacional, obrigando à

realização de cortes excepcionais, por imposição dos regulamentos fitossanitários. Nenhum outro país da Europa esteve sujeito a este nível de perturbações.

A diminuição da área de floresta deve-se essencialmente à diminuição das superfícies temporariamente desarborizadas (superfícies ardidas, cortadas e em regeneração), sendo de destacar o aumento da área arborizada que se explica, em parte pela ação da própria natureza (regeneração natural) demonstrando a aptidão natural dos solos portugueses para a floresta, mas também pela ação dos proprietários florestais, que têm continuado a investir na floresta com ações de arborização e rearborização.

Ainda segundo os dados preliminares do IFN6, a principal alteração das áreas das espécies florestais entre 1995 e 2010, ocorre ao nível do Pinho Bravo que apresenta uma diminuição de cerca de 263 mil ha (menos 26,9%). A maior parte desta área transformou-se em “matos e pastagens” (165 mil ha), 70 mil ha em eucalipto, 13 mil ha em espaços urbanos e 13,7 mil ha em áreas florestais com outras espécies arbóreas.

Por outro lado, verifica-se um aumento da área de eucalipto de cerca de 95 mil ha. Também é de destacar o aumento das áreas de pinheiro-manso (46% em área total e de 54% em termos de área arborizada).

A área das restantes espécies tem alterações menos expressivas sobretudo durante o período 2005 a 2010.

A exploração dos povoamentos de Pinho Manso assume um papel preponderante na economia das explorações florestais de algumas regiões, em particular no sul do país (Alentejo), devido, sobretudo, às características únicas da sua principal produção (o pinhão para a indústria alimentar) o que tem permitido um rápido desenvolvimento da fileira do Pinho Manso, que, hoje, ocupa um lugar importante na economia regional e nacional. Na região do Alentejo, centra-se cerca de 67% da produção nacional de pinha e 15% da produção mundial de pinha.

De acordo com dados da Estratégia Nacional para as Florestas, a propriedade florestal em Portugal é maioritariamente privada, com 2,8 milhões de hectares, ou seja, 84,2% da área total detida por pequenos proprietários de cariz familiar dos quais 6,5% são pertencentes a empresas industriais. As áreas públicas correspondem a 15,8% do total, dos quais apenas 2% (a menor percentagem da Europa) são do domínio privado do Estado.

A dimensão da propriedade florestal tem uma distribuição geográfica muito marcada, sendo que o grande número de prédios se situa no Norte e Centro, onde as explorações chegam a atingir dimensões com menos de 1 hectare. Estima-se que existem mais de 400 000 proprietários florestais no país.

Segundo o Estudo Prospetivo para o Setor Florestal publicado pela AIFF (Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal) em 2013, a dimensão dos povoamentos é um fator chave no contexto da floresta portuguesa, com repercussões importantes na rentabilidade e sustentabilidade da atividade. No Norte e Centro do país cerca de 54% da área florestal está distribuída por povoamentos com menos de 10 ha. A reduzida dimensão da propriedade tem particular relevância para as duas principais espécies cujas áreas de distribuição e exploração são nas regiões centro e norte:

- No Pinho Bravo, 63% dos povoamentos estão em áreas inferiores a 10 ha e 25% em áreas inferiores a 2 ha;
- No Eucalipto, 50% dos povoamentos estão em propriedades com dimensões inferiores a 10 ha.

Também segundo o mesmo Estudo, a estrutura empresarial portuguesa na fileira florestal conta com algumas das mais representativas empresas europeias do sector. Do ponto de vista de transações para o mercado internacional de produtos florestais e de base florestal, os mais importantes são: papel e cartão, pasta de papel, cortiça, madeira e produtos de resina e mobiliário.

A subfileira da madeira, nomeadamente a madeira de resinosas para fins industriais e a madeira de resinosas para serrar, assenta essencialmente na produção de Pinho Bravo. A subfileira da pasta de papel, papel e cartão, assente essencialmente na produção de Eucalipto.

De acordo com o Relatório de Caracterização da Fileira Florestal 2014 elaborado pela AIFF, a balança comercial referente às indústrias da fileira florestal apresenta um saldo positivo de 2.474 milhões de euros em 2013, representando 9,1% do total das exportações nacionais de bens e 3,4% do total das importações nacionais de bens. A fileira florestal representa ainda 2,2% do total de pessoas ao serviço das empresas em Portugal e 1,7% do total de população empregada.

Uma decomposição da Produção de Bens Silvícolas permite observar tendências distintas. A produção de Pinho Bravo (madeira de resinosas para fins industriais) apresenta um decréscimo de 3,6% em valor face a 2011 e, relativamente ao ano 2002, uma quebra de 4,5%. Em 2012, o valor da produção da madeira para serrar foi inferior ao do ano anterior (-2,3%), em consequência da descida do preço (-2,6%), uma vez que o volume registou um aumento (+0,4%), pelo terceiro ano consecutivo;

A produção de Eucalipto (madeira de folhosas para tritar) manteve a tendência de crescimento (só interrompida em 2009), apresentando um aumento de 9,2% face ao ano anterior, e um aumento de 63,4%. Este elevado crescimento na produção de madeira de Eucalipto para uso industrial faz com que este seja o principal bem silvícola (representa 36,8%), cerca de 17% superior à produção de madeira de resinosas para fins industriais.

Ainda segundo a AIFF, em 2012, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da silvicultura apresentou um aumento de 3,9% em volume e 2,4% em valor, relativamente a 2011. No que se refere à Produção da Silvicultura registou-se igualmente um aumento de 4,3% em volume e de 3,6% em valor, relativamente a 2011. Neste mesmo ano, o VAB das indústrias da fileira florestal representou 1,2% do VAB nacional, tendo mantido um peso significativo na totalidade das indústrias transformadoras (cerca de 11%).

A análise do VAB por setor revela um especial impacto negativo para as indústrias da madeira nos últimos anos, com o VAB a apresentar uma redução de cerca de 40% entre 2007 e 2012 (-429 milhões de euros), muito superiores aos valores registados para o setor da pasta, de papel, de cartão e seus artigos (-4%). Na globalidade do período considerado (2004–2012) só a subfileira da pasta, de papel, de cartão e seus artigos apresenta crescimento do VAB.

Segundo Pedro Sebastião Perestrelo de Souza e Holstein Campilho, em sua tese “Avaliação do Potencial Nacional para o Aproveitamento de Biomassa Florestal para Fins Energéticos”, publicado em 2010, a tendência de perda de sustentabilidade socioeconómica do sector florestal Português verificada nos últimos anos, quando complementada com uma conjectura de incentivo à produção de energias renováveis, traduz-se num conjunto de desenvolvimentos os quais potenciam a procura de biomassa proveniente de resíduos de exploração florestal para um aproveitamento energético. A procura de biomassa tende a ser satisfeita no curto prazo, em cenários tendencialmente sustentáveis. No entanto, numa projeção a médio e longo prazo, mesmo sem considerar incrementos significativos na procura deste recurso, traduz uma dificuldade de

satisfação do mercado estabelecido, em condições de sustentabilidade semelhantes às verificadas no curto prazo.

O pinhal (Florestas de Pinho) distribui-se por todo o território com o Pinho Bravo a ocupar 23% da área florestal do território continental, na sua maior parte localizada na zona de minifúndio, e o Pinho Manso, a ocupar 6% da área florestal total de Portugal continental, com a sua principal área de distribuição na região sul do país.

As florestas de Pinho Bravo (*Pinus pinaster*) são normalmente conduzidas em um sistema de Alto-fuste, e podem ser formadas a partir do aproveitamento da regeneração natural, por sementeira ou por plantação.

Nos casos do aproveitamento da regeneração natural e por sementeira, na fase inicial as operações se destinam ao reduzir gradualmente a densidade das plantas para 1200 a 1600 árvores/ha, inicialmente em faixas e depois seletivamente, com gradagem ou roçadas mecânicas ou manuais. A partir dos 10 anos, podem ser feitas desramas (1 a 2) e desbastes (2 a 3) com aproveitamento do material, deixando para um corte final (30 a 40 anos) cerca de 500 a 600 árvores/ha, procedendo-se também ao controlo da vegetação espontânea ao longo da revolução com gradagens ou roçadas mecânicas ou manuais. Nos casos de aproveitamento da regeneração natural, no corte final são deixadas cerca de 25 árvores de grande porte/ha como sementões.

Nos casos de plantação, procede-se a preparação do terreno com gradagem, ripagem e subsolagem, em curva de nível para áreas com declives até 30%, acima do que a preparação e plantação é manual. A densidade do plantio depende da qualidade da estação, de 1200 a 1600 árvores/ha.

A partir dos 10 anos, podem ser feitas desramas (1a 2) e desbastes (2 a 3) com aproveitamento do material, deixando para um corte final (30 a 40 anos) cerca de 500 a 600 árvores/ha, procedendo-se também ao controlo da vegetação espontânea ao longo da revolução com gradagens ou roçadas mecânicas ou manuais.

Na silvicultura do Pinho Manso, a definição do compasso para a plantação dependerá do objetivo futuro do povoamento: ou produção de madeira ou produção de fruto.

Para a produção de madeira utilizam-se compassos apertados para favorecer a desrama natural (4x3). A distância entre linhas deverá possibilitar a passagem de máquinas agrícolas utilizadas sobretudo nas limpezas de matos. Em povoamentos vocacionados para a produção de fruto (utilizando ou não a técnica de enxertia), as árvores deverão crescer em boas condições de luz e de arejamento, de forma a desenvolverem copas amplas que favoreçam a produção de pinhas. O compasso mais utilizado é (5x5), mas também se usam compassos de (6x5), (6x6) e (8x6).

Nos locais bem-adaptados ao Pinho Manso, pode-se recorrer à regeneração natural. A disseminação natural desta espécie apresenta uma quantidade elevada de plantas por hectare. Assim deve-se proceder, inicialmente, a uma seleção destas plantas para que as selecionadas se desenvolvam em melhores condições.

A condução é feita com desramas e desbastes que produzem quantidade considerável de material lenhoso. A primeira desramação deverá ocorrer entre os 5/6 anos após a plantação. A 2ª desramação deverá ocorrer entre os 10 e os 12 anos, tendo em conta o desenvolvimento do povoamento. Esta desramação coincide,

frequentemente, com o 1º desbaste. A 3ª desramação realiza-se entre os 20 e os 25 anos, coincidindo com o 2º desbaste. O corte final é feito normalmente a partir dos 40 anos.

A silvicultura do Eucalipto (principalmente *E. globulus*) baseia-se na instalação e no corte raso da floresta, normalmente entre os 10 e os 15 anos, com o aproveitamento total da madeira, retirada do local com ou sem casca (Talhadia Simples). Prioritariamente é feita a condução em talhadia por mais 1, 2 ou até 3 cortes, procedendo-se a uma seleção de rebentos, após cada corte. A partir do último corte considerado produtivo, a área é então reflorestada.

Em povoamentos mistos com o Pinho Bravo, o sistema baseia-se num desbaste da floresta de maneira a deixar um percentual de árvores remanescentes para aproveitamento futuro fazendo a condução dos rebentos das cepas das árvores de Eucalipto cortadas (Talhadia composta).

Uma plantação de Eucalipto inicia-se com a preparação de terreno, que consiste normalmente no destroçamento e incorporação localizada do material lenhoso existente, seguido de mobilização do solo (gradagem, ripagem, subsolagem).

A fertilização depende da qualidade da estação e das condições do proprietário, sendo a plantação feita com uma densidade que varia idealmente entre 1.100 e 1.300 plantas por hectare. Entre o segundo e o sexto ano é recomendada uma 2ª fertilização e o controlo da vegetação concorrente.

A seleção de rebentos é feita aos dois ou três anos, mantendo um número de varas por hectare correspondente à densidade inicial de plantação.

Na grande maioria dos casos, o corte é efetuado entre os 10 e os 15 anos. O sistema base de exploração assenta na combinação da utilização do trator processador e do trator carregador, normalmente com pré-abate com motosserra.

O Choupo atualmente é cultivado em pequena escala. Dada a natureza dos solos (profundos e húmidos), a preparação de terreno faz-se no final do verão ou início do Outono. O compasso normalmente utilizado é de 4X4 metros. As plantas provenientes de estacas rebentadas com 1 ano, são plantadas o mais profundo possível (0,5 metros) para que se desenvolva um bom sistema radicular.

Normalmente há uma forte concorrência de infestantes que obriga a duas intervenções de sacha manual localizada, complementadas com gradagens superficiais durante os primeiros 4 anos. Durante os primeiros 3 a 4 anos é muito importante proceder a derramas ou podas, dominantes para evitar bifurcações e valorizar a madeira, cujo destino são unidades fabris onde os toros são desenrolados.

O Choupo pode ser conduzido em talhadia, com cortes rasos feitos a partir dos 14 anos, mas comumente com mais idade, consoante o objetivo e oportunidades de aproveitamento.

A Acácia é uma espécie invasora em Portugal, aparecendo em formações puras ou mistas, não sendo permitida a sua plantação e cultivo, sendo, entretanto, permitido o seu aproveitamento.

O material adquirido dos Açores (estilha e retestos de Criptoméria certificado FSC 100%) teve origem no Perímetro Florestal e Matas Regionais da ilha de São Miguel, de posse da Região Autónoma dos Açores, e cuja gestão encontra-se certificada pelo FSC, sob a responsabilidade da Direção Regional dos Recursos Florestais.

A floresta no arquipélago açoriano ocupa uma área de cerca de 70.000 hectares, valor que corresponde a cerca de 30% do território açoriano, com uma taxa de arborização média de 30% por ilha (Portaria nº 114/2006), e pode ser dividida fundamentalmente em dois grandes grupos: a floresta de proteção e a floresta de produção.

A floresta de proteção ocupa cerca de 35% da área florestal e dela fazem parte espécies como as Faias, Florestas Laurifólias, Florestas de Azevinho, Zimbral e Ericais.

A floresta de produção, ocupa os restantes 65% da área florestal e dela fazem parte a Acácia (*Acacia melanoxylon*), Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), Criptoméria (*Cryptomeria japonica*) e Eucalipto (*Eucalyptus globulus*) (Portaria nº 114/2006).

A Criptoméria representa a espécie com maior área de povoamentos puros (10893,7 ha). Importante também salientar que é na ilha de S. Miguel que esta espécie existe em maior abundância, sendo esta ilha a responsável por 70% dos povoamentos de Criptoméria do arquipélago.

De todas as espécies contempladas na floresta de produção, são o Eucalipto e a Criptoméria aquelas que apresentam um maior interesse económico, com a Criptoméria a ser de todas as outras espécies a mais explorada na região, ocupando cerca de 12.500 hectares, o que corresponde a 60 % da área da floresta de produção regional.

Relativamente aos aspetos relacionados com a silvicultura, esta é uma espécie maioritariamente criada em viveiro a partir de semente. Normalmente, são utilizados compassos de instalação apertados, com densidades de plantação que variam entre os 2500 - 4000 árvores/hectare. O processo produtivo da Criptoméria passa essencialmente por Preparação, Plantação, Manutenção com limpezas, retanchas, desbastes e desramações, e Corte raso aos 30 anos.

A produção de madeira de Criptoméria é de grande importância económica nos Açores, tendo elevado valor como material de construção. Esta espécie produz uma madeira macia, fácil de trabalhar, leve e duradoura, pelo que é frequentemente utilizada em construção civil, carpintaria e mobiliário. A indústria açoriana da madeira de *Cryptomeria japonica* gera uma elevada quantidade de resíduos florestais (tronco, casca, ramos e folhas).

A dinâmica dos processos de elaboração dos PGF e dos PEIF (Planos Específicos de Intervenção Florestal) de uma forma mais generalizada aos espaços florestais privados e públicos é ainda recente, tendo-se iniciado com a aprovação dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), no período 2006–2007, e reforçado com a condição de PGF aprovado como critério de elegibilidade no acesso aos programas de apoio ao investimento florestal no âmbito do PRODER, a par do desenvolvimento dos processos de certificação florestal.

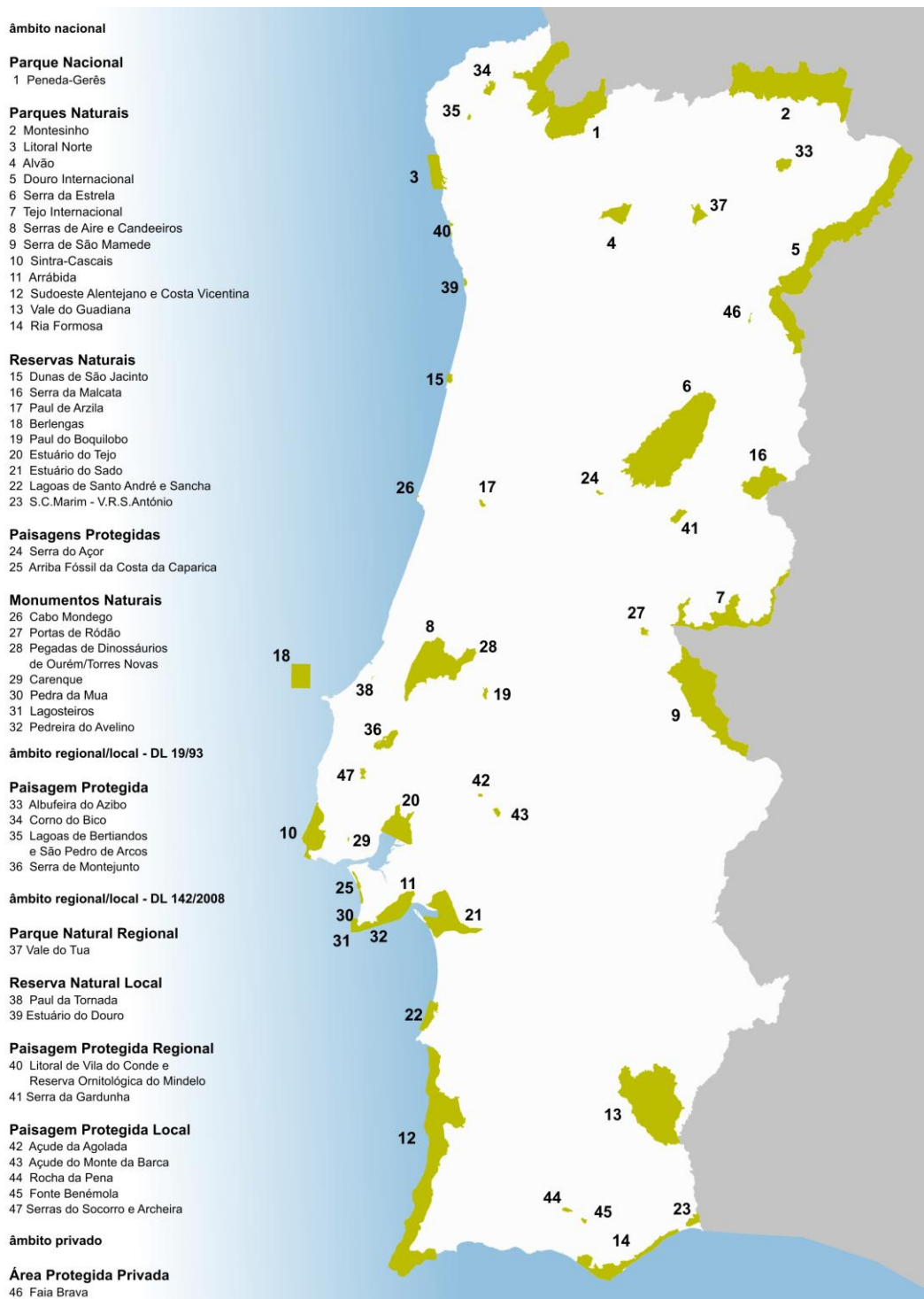
Em abril de 2013 (data da última informação disponível do ICNF), existiam 2.266 PGF aprovados (1.522.195 hectares), representando 44% da área florestal em Portugal Continental.

Em Portugal não é necessária autorização específica para o corte, exceto para Sobreiro e Azinheira e para cortes em áreas protegidas ou classificadas. Para o abate de espécies coníferas (Pinheiros e outras) é necessário emitir o manifesto de abate, desramação e circulação de madeira de coníferas (Decreto-Lei nº

123/2015, de 3 de julho), que diz respeito à aplicação das medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP).

A CITES – Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção) não identifica espécies madeireiras nas suas listas para Portugal e Espanha.

Mapa da Rede Nacional de Áreas Protegidas:



Grupos de Produto	Certificação	Nº Fornecedores	Grupo de Entrada	Formato	Espécies	Quantidade (t)	%
Controlled Feedstock	FSC CW (*)	32	Primary feedstock from forests (products or residues)	Roundwood	Pinheiro Bravo, Pinheiro Manso, Acácia, Choupo	20296,56	32,19
			Primary feedstock from forests (products or residues)	Roundwood	Eucalipto	2964,6	4,70
			Primary feedstock from forests (products or residues)	Wood chips	Pinheiro Bravo e Pinheiro Manso	5445,62	8,64
			Wood industry residues (secondary feedstock)	Wood chips Sawdust Wood offcuts	Pinheiro Bravo	17370,44	27,55
SBP-compliant Primary Feedstock	FSC SBP	2	FSC 100%	Roundwood, Chips	Eucalipto, Pinheiro Bravo e Pinheiro. Manso	3470,24	5,51
		9	SBP			13373,14	21,21
SBP-compliant Secondary Feedstock	FSC	1	FSC 100%	Wood chips Wood offcuts	Criptoméria	125,9	0,20

(*) Material não certificado, controlado no âmbito do Sistema de Gestão da Cadeia de Responsabilidade da empresa, o qual está certificado de acordo com a norma FSC-STD-40-005 Standard for Company Evaluation of FSC Controlled Wood.

2.2 Ações desenvolvidas para promover a certificação dos fornecedores de matéria-prima

A empresa tem feito contacto direto com cada um de seus fornecedores procurando sensibilizá-los para a importância de fornecerem material certificado (FSC ou PEFC), chamando a atenção das exigências crescentes por parte dos mercados e consumidores acerca da origem legal e sustentável dos produtos florestais, incluindo a biomassa para produção de energia.

A implementação do **Programa de Qualificação e Controlo de Fornecedores** também é considerada uma ação importante no sentido de promover a certificação florestal, uma vez que a qualificação dos fornecedores representa o atendimento de vários requisitos aplicáveis à certificação, tendo ainda como suporte Guias de Boas Práticas, aplicáveis tanto aos fornecedores como aos produtores e gestores florestais, que foram redigidos e têm sido distribuídos.

Os fornecedores qualificados têm a sua situação legal comprovadamente regularizada, praticam e difundem as Boas Práticas Florestais, recolhem e enviam informações prévias acerca da área de origem do material a fornecer e ficam sujeitos às ações de acompanhamento e controlo da **Glowood**.

Os responsáveis pelas compras e pelo **Programa de Qualificação e Controlo de Fornecedores** têm também sensibilizado produtores e proprietários florestais, alertando para as mais-valias de terem a gestão das suas áreas certificadas, seja individualmente, seja através de iniciativas de grupo.

Além disto, os responsáveis da empresa têm participado de eventos relacionados com a gestão e certificação florestal, procurando recolher informações e dar seu contributo para o desenvolvimento do assunto, sobretudo em Portugal.

2.3 Programa de amostragem de corte final

Em 2018, estima-se que 13,75% do material lenhoso adquirido em rolo possa ter tido origem em cortes finais de áreas florestais, sendo 0,82% com período de rotação superior a 40 anos, em função da avaliação feita na receção do material. Refere-se essencialmente à rolaria de Pinho, sobretudo de Pinheiro Manso (*Pinus pinea*) conduzido com objetivo principal de produção de pinhões.

2.4 Diagrama de fluxo de entradas de matéria-prima mostrando o tipo de matéria-prima (Opcional)

N.A

2.5 Quantificação da Base de Abastecimento

Base de Abastecimento

- | | | |
|-----------------------------------|---|-----------------------|
| a. Área da Base de Abastecimento: | 3,27 milhões ha | |
| b. Tipo de propriedade: | Privada: 2,84 milhões ha | Publica: 472,2 mil ha |
| c. Tipologia Florestal: | Floresta temperada: 3,27 milhões ha | |
| d. Tipo de Gestão Florestal: | Plantações: 1.85 milhões ha; Natural/Seminatural: 1.42 milhões ha | |
| e. Áreas Certificadas: | FSC: 423.580 ha | PEFC: 268.813 ha |

Matéria-prima

- | | |
|--|-------------------------------------|
| f. Volume total de matéria-prima: | 0 – 200.000 t (64.549,5 toneladas) |
| g. Volume de matéria-prima primária: | 0 – 200.000 t (47.053,16 toneladas) |
| h. Percentagem por categorias de matéria-prima primária: | |
| • Gestão Florestal Certificada por iniciativa aprovada SBP: | 5,57 % (3.596,14t) |
| • Não Certificada por iniciativa de Gestão Florestal aprovada SBP: | 94,43 % |
| i. Espécies presentes na matéria-prima primária: | |

- Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*)
 - Pinho manso (*Pinus pinea*)
 - Eucalipto (*Eucalyptus spp*)
 - Choupo (*Populus spp*)
 - Acácia (*Acacia spp*)
 - Cedro (*Cupressus spp*)
 - Criptoméria (*Cryptomeria japonica*)
- j. Não há matéria-prima com origem em florestas primárias (naturais virgens ou intocadas).
- k. Percentagem de Matéria-prima primária oriunda de Gestão Florestal Certificada por iniciativa aprovada SBP – 5,38 %
Percentagem de Matéria-prima primária oriunda de Gestão Florestal Não Certificado por iniciativa aprovada SBP – 94,62 %
- l. Volume matéria-prima secundária: 17 496,34 t (27,11%)
- m. Não há matéria-prima terciária

Para o ano seguinte, pretende-se manter o padrão de consumo registado em 2018, mantendo ou aumentando o consumo de matéria-prima primária e diminuindo ligeiramente o consumo de matéria-prima secundária, essencialmente estilha, serrim e costaneiros de Pinho Bravo, não estando prevista a aquisição de material de Criptoméria dos Açores.

Com os continuados esforços da empresa no sentido de incentivar o fornecimento de material de origem certificada (FSC ou PEFC), espera-se que poderão aumentar os valores para estas categorias de material, tendo-se adquirido em 2018 mais que o dobro da quantidade adquirida em 2017, representando cerca de 4 vezes mais em termos percentuais.

Com a certificação de acordo com a norma SBP Standard 1: Feedstock Compliance Standard, pretende-se manter e ampliar progressivamente a receção de matéria-prima “SBP compliant”.

3 Exigência para Avaliação da Base de Abastecimento (SBE)

SBE concluído	SBE não concluído
X	<input type="checkbox"/>

Grande parte da matéria-prima florestal consumida não é certificada FSC e/ou PEFC, levando a que seja necessária a Avaliação da Base de Abastecimento para possibilitar o fornecimento de pellets “SBP compliant”.

4 Avaliação de Base de Abastecimento

4.1 Âmbito

Material primário com origem em áreas florestais localizadas em Portugal, principalmente distritos de Setúbal, Beja, Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém, Castelo Branco, Faro, Leiria e Coimbra, fornecido por fornecedores qualificados no âmbito do **Programa de Qualificação e Controlo de Fornecedores** da Glowood. Durante o ano de 2018 também foi rececionado uma pequena quantidade de material proveniente de São Miguel, Açores.

4.2 Justificação

A Avaliação de Base de Abastecimento justifica-se pela intenção da empresa em ampliar a produção de pellets com alegação “SBP compliant biomass”, considerando a insuficiente oferta de matéria-prima certificada FSC e PEFC no mercado nacional.

4.3 Resultados da Avaliação de Riscos

Enquanto a Avaliação Regional de Riscos (RRA) que está a ser feita pelo Grupo de Trabalho criado no âmbito da Comissão Técnica 145 do Instituto Português da Qualidade (IPQ), e coordenado pela ANPEB (Associação Nacional de Pellets Energéticos de Biomassa), ainda não está concluída e endossada pelo SBP, foi considerada neste SBE a primeira Avaliação Regional de Riscos feita em 2016 por solicitação da ANPEB, em conformidade com as exigências do SBP, para material primário com origem no território continental de Portugal, tendo sido identificados 13 indicadores com risco especificado:

- 2.1.1 - Florestas e outras áreas com altos valores de conservação na Base de Abastecimento são identificadas e mapeadas.
- 2.1.2 - Potenciais ameaças, resultantes de atividades de gestão florestal, às florestas e outras áreas com altos valores de conservação (HCV), são identificadas e tratadas. (HCV 1, HVC 3, HCV4 e HCV5)
- 2.1.3 - Matéria-prima não tem origem em florestas convertidas em plantações ou em outros usos não-florestais depois de Janeiro de 2008.
- 2.2.1 - Matéria-prima é proveniente de florestas onde há uma avaliação adequada dos impactos, e planeamento, implementação e monitorização para minimizá-los

- 2.2.2 - Matéria-prima é proveniente de florestas onde a gestão mantém ou melhora a qualidade do solo (CPET S5b).
- 2.2.3 - Ecossistemas e habitats importantes são conservados ou mantidos em seu estado natural (CPET S8b).
- 2.2.4 - Biodiversidade é protegida (CPET S5b).
- 2.2.6 - Impactos negativos da gestão florestal na água subterrânea, superficial e a jusante, são minimizados. (CPET S5b).
- 2.4.1 - A saúde, vitalidade e outros serviços fornecidos pelos ecossistemas florestais são mantidos ou melhorados (CPET S7a).
- 2.4.2 - Processos naturais, tais como incêndios, pragas e doenças são geridos de forma adequada (CPET S7b).
- 2.5.1 - A posse e os direitos de uso das florestas (legal, consuetudinário e tradicional) dos povos indígenas e comunidades locais, são identificados, documentados e respeitados (CPET S9)
- 2.8.1 - Salvaguardas apropriadas são postas em prática para proteger a saúde e segurança dos trabalhadores florestais (CPET S12)
- 2.9.1 - Matéria-prima não tem origem em áreas que tinham estoques de carbono elevado em Janeiro de 2008 e não tenham mais esses estoques de carbono.

4.4 Resultados do Programa de Verificação de Fornecedores

NA.

4.5 Conclusão

A principal conclusão da Avaliação de Base de Abastecimento da Glowood indica que a empresa, através do seu **Programa de Qualificação e Controlo de Fornecedores** é capaz de assegurar o fornecimento de material primário com indicadores enquadrados como de baixo risco, apto, portanto, para a produção de pellets com alegação SBP compliant biomass.

Até o momento, o Programa apresenta os seguintes resultados:

- Capacitação de 20 Fornecedores
- 14 Fornecedores qualificados

- 18 Auditorias de Monitorização (Material primário) em 2018
- 42 fornecimentos com Informação de Origem de Material Florestal, totalizando 22.539,14 toneladas de material primário em 2018

Os principais indicadores para os quais não foi possível avaliar o risco como baixo foram:

- 2.1.3 - 6 situações de corte final com conversão para uso não-florestal.
- 2.2.2 e 2.9.1 – 4 situações de cortes e desbastes com arranque de cepos das árvores cortadas.
- 2.1.2, 2.2.3, 2.2.4 e 2.4.1 – Uma situação em área protegida (Parque Natural) sem Plano de Gestão Florestal ou projeto aprovado, nem parecer favorável da autoridade competente.

5 Processo de Avaliação da Base de Abastecimento

A Avaliação da Base de Abastecimento da Glowood foi feita por uma equipa definida e coordenada pelo Gestor do Sistema Integrado (GSI), com competências e experiência nos temas relacionados com os riscos especificados e medidas mitigadoras definidas, incluindo certificações ISO (9001 e 14001), ENplus, FSC, PEFC e SBP.

Como já referido, foi considerada nesta edição a primeira Avaliação Nacional de Riscos feita por solicitação da ANPEB, em conformidade com as exigências do SBP.

Para os 13 indicadores com risco especificado foram definidas medidas mitigadoras e respetivos meios de verificação.

O Programa de Qualificação e Controlo de Fornecedores passou a envolver 14 fornecedores de material primário da empresa, tendo sido possível obter 20,72 % de material primário para a produção de pellets SBP compliant biomass em 2018.

Foram ainda capacitados e convidados a participar do Programa mais 6 fornecedores, tendo-se a perspetiva de que os mesmos venham a participar formalmente do mesmo.

Seguem sendo utilizados e distribuídos os Guias de Boas Práticas confeccionados, aplicáveis tanto aos fornecedores, como aos produtores e gestores florestais, além de formulários para recolha e envio de informações.

Os fornecedores qualificados têm sua situação legal comprovadamente regularizada, praticam e difundem as Boas Práticas Florestais, recolhem e enviam informações prévias acerca da área de origem do material a fornecer, e ficam sujeitos às ações de acompanhamento e controlo da **Glowood**.

Para cada local de fornecimento de material, o fornecedor qualificado deve recolher as informações necessárias, em conjunto com o proprietário e/ou o responsável pela área a explorar, através do preenchimento de um formulário desenvolvido para o efeito, que é enviado para a **Glowood**.

Com base nas informações recebidas, os responsáveis da **Glowood** avaliam o enquadramento da área e identificam os eventuais aspetos a serem verificados e confirmados para assegurar o cumprimento das medidas mitigadoras e as respetivas avaliações de risco.

Os responsáveis devem assegurar que a área seja perfeitamente identificada e que, conforme a situação, sejam consultadas as diversas fontes que estão referenciadas na Avaliação de Risco, as quais têm informações para concluir acerca do risco dos indicadores e estabelecer eventuais medidas mitigadoras.

A análise das informações e consultas pode levar aos seguintes enquadramentos:

- **Desclassificação do material:** no caso de confirmar-se risco específico para no mínimo 1 indicador. (Exemplo: Indicação de que a área não será rearboreada após o corte – Indicador 2.1.3)

- **Necessidade de realizar Auditoria de Campo:** no caso de situações duvidosas ou que careçam de mais informação ou de confirmação. (Exemplo: Dificuldade de localizar com precisão a área; Indicação de presença de áreas naturais importantes, de espécies invasoras, pragas ou doenças, de sinais de erosão, de informações pertinentes das fontes de consulta, etc.)
- **Classificação do material como de origem de baixo risco:** no caso de não haver nenhuma indicação que suscite dúvidas, incluindo as fontes de consulta.

A verificação para confirmar a origem do material florestal, o atendimento e eficácia das medidas mitigadoras e, no final, o enquadramento dos riscos especificados, O Programa de Qualificação e Controlo de Fornecedores conta com um Plano de Monitorização, com base em auditorias feitas a uma amostra de fornecedores, tendo em consideração o número de fornecedores que estiveram ativos no ano anterior.

Uma vez escolhidos os fornecedores, são identificados os locais de origem do material fornecido como “SBP-compliant”, tendo em conta a frequência de fornecimento, as quantidades, características dos locais e o tipo de material fornecido.

As Auditorias de Monitorização são feitas por um pessoal com competência e experiência nos temas relacionados com os riscos especificados e medidas mitigadoras definidas, sendo registados os detalhes e evidências recolhidas, a conclusão do nível de enquadramento do risco e eventuais medidas de correção, atendendo os critérios e orientações estabelecidos nas normas do SBP e de outros requisitos aplicáveis.

6 Consulta de Partes Interessadas

A Avaliação da Base de Abastecimento, incluindo a Avaliação de Risco e o Programa de Qualificação e Controlo de Fornecedores, foi sujeita a uma consulta pública, lançada no dia 02 de Outubro de 2017, com vistas a recolher contributos para consolidar ou aprimorar a Avaliação.

A consulta foi feita por e-mail, tendo sido contactados mais de 60 partes interessadas, incluindo Autoridades, Autarquias, Juntas de Freguesia, Entidades Representativas, Instituições de Ensino, Associações de produtores, Empresas, Prestadores de Serviços, Clientes, Especialistas, Bombeiros e Sindicato.

6.1 Resposta aos comentários das partes interessadas

Foi recebida até o momento apenas uma resposta, tendo a respetiva entidade declarado não deter competência nas áreas de avaliação de risco e na qualificação e controlo de fornecedores, pelo que não poderiam se pronunciar.

7 Visão Geral da Avaliação de Risco Inicial

A Avaliação Nacional de Riscos feita pela por solicitação da ANPEB, em conformidade com as exigências do SBP, para material primário com origem no território continental de Portugal, identificou 13 indicadores com risco especificado:

Table 1. Overview of results from the risk assessment of all Indicators (prior to SVP)

Indicator	Initial Risk Rating		
	Specified	Low	Unspecified
1.1.1		X	
1.1.2		X	
1.1.3		X	
1.2.1		X	
1.3.1		X	
1.4.1		X	
1.5.1		X	
1.6.1		X	
2.1.1	X		
2.1.2	X		
2.1.3	X		
2.2.1	X		
2.2.2	X		
2.2.3	X		
2.2.4	X		
2.2.5		X	
2.2.6	X		
2.2.7		X	
2.2.8		X	
2.2.9		X	

Indicator	Initial Risk Rating		
	Specified	Low	Unspecified
2.3.1		X	
2.3.2		X	
2.3.3		X	
2.4.1	X		
2.4.2	X		
2.4.3		X	
2.5.1	X		
2.5.2		X	
2.6.1		X	
2.7.1		X	
2.7.2		X	
2.7.3		X	
2.7.4		X	
2.7.5		X	
2.8.1	X		
2.9.1	X		
2.9.2		X	
2.10.1		X	

8 Programa de Verificação de Fornecedores

8.1 Descrição do Programa de Verificação de Fornecedores

NA.

8.2 Visitas ao local

NA.

8.3 Conclusões do programa de verificação de Fornecedores

NA.

9 Medidas de Mitigação

9.1 Medidas de Mitigação

No âmbito do **Programa de Qualificação e Controlo de Fornecedores**, a seguir estão descritas as Medidas de Mitigação e respetivos Meios de Verificação, para cada um dos indicadores considerados com risco especificado.

2.1.1 - Florestas e outras áreas com altos valores de conservação na Base de Abastecimento são identificadas e mapeadas.

- Consulta da cartografia e outras fontes de informação e a verificação de que florestas e outras áreas com Altos Valores de Conservação (HCV), especificamente HCV 1.2, HCV 1.3, HCV 1.4 e HCV 3, são identificados e mapeados.
- Desclassificar o material proveniente de áreas onde HCV não são identificados e mapeados.

Meios de Verificação:

- Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário
- Localização e consulta das informações e cartografia

2.1.2 - Potenciais ameaças, resultantes de atividades de gestão florestal, às florestas e outras áreas com Altos Valores de Conservação (HCV), são identificadas e tratadas. (HCV 1, HVC 3, HCV4 e HCV5)

- Consulta de fontes de informação sobre HCV
- Procedimentos para realização de auditorias de campo específicas para identificar ameaças reais e potenciais, às florestas e outras áreas com Altos Valores de Conservação que foram previamente identificados e mapeados, especificamente HCV 1, HVC 3, HCV4 e HCV5.
- Desclassificar o material proveniente de áreas onde a gestão florestal e as operações representam ameaças evidentes para HCV 1, HVC 3, HCV4 e HCV5.
- Promoção de Boas Práticas Florestais
- Plano de monitorização

Meios de Verificação:

- Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário
- Localização, consulta das fontes de informação e identificação de condicionantes estabelecidos para as áreas
- PGF (Plano de Gestão Florestal) ou projeto aprovado, quando aplicável
- Parecer da autoridade florestal (ICNF), quando aplicável
- Auditoria de campo

2.1.3 - Matéria-prima não tem origem em florestas convertidas em plantações ou em outros usos não-florestais depois de Janeiro de 2008.

- Consulta de fontes de informação histórica e informação de partes interessadas
- Análise das informações do proprietário sobre o passado e o futuro da cobertura e do uso da área
- Procedimentos para realização de auditorias de acompanhamento de campo para verificar se o material tem ou não origem em florestas convertidas em plantações, ou usos não florestais, depois de janeiro de 2008.
- Desclassificar o material proveniente de áreas onde a floresta natural tenha sido convertida em plantações de Eucalipto ou outras espécies depois de 2008, ou que venha a ser convertida em plantações de Eucalipto ou outras espécies, ou transformada em pastagem, agricultura ou outros usos não-florestais;
- Promoção de Boas Práticas Florestais
- Plano de monitorização

Meios de Verificação:

- Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário
- Localização e consulta ao proprietário e partes interessadas
- Auditoria de campo

2.2.1 - Matéria-prima é proveniente de florestas onde há uma avaliação adequada dos impactos, e planeamento, implementação e monitorização para minimizá-los

- Consulta de fontes de informação e legislação em matéria de avaliação de impacto
- Análise das informações da área sobre os aspetos sociais e ambientais
- Procedimentos para realização de auditorias de campo para verificar os aspetos sociais e ambientais, a avaliação adequada, o planeamento e a implementação de medidas para minimizar os impactos reais ou potenciais, especialmente no caso de cortes rasos feitos em uma área de tamanho específico, definida regionalmente por cada Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF), como sendo a área máxima de corte raso ou para o tamanho de parcelas ocupadas com uma única espécie e idade (monocultura).
- Desclassificar o material proveniente de áreas onde não houve avaliação adequada de impactos, nem foi confirmado planeamento, implementação de medidas e monitorização para os minimizar
- Promoção de Boas Práticas Florestais
- Plano de monitorização

Meios de Verificação:

- Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário
- Consulta do respetivo PROF
- Auditoria de campo

2.2.2 - Matéria-prima é proveniente de florestas onde a gestão mantém ou melhora a qualidade do solo (CPET S5b).

- Consulta de fontes de informação e legislação relacionada com solos
- Análise das informações da área sobre a erosão do solo
- Procedimentos para realizar auditorias de campo para verificar se a gestão florestal mantém ou melhora a qualidade do solo, especialmente em áreas florestais localizadas em zonas suscetíveis à desertificação, de acordo com a cartografia da autoridade florestal (ICNF), e com tamanho acima do tamanho mínimo exigido no respetivo PROF para ter um Plano de Gestão Florestal (PGF) aprovado.
- Desclassificar o material que venha de áreas suscetíveis à desertificação com comprovados danos ao solo, e de área com corte raso acima do tamanho mínimo exigido para ter PGF estabelecido no respetivo PROF.
- Promoção de Boas Práticas Florestais
- Plano de monitorização

Meios de Verificação:

- Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário
- Consulta da cartografia do ICNF e do respetivo PROF
- Auditoria de campo

2.2.3 - Ecossistemas e habitats importantes são conservados ou mantidos em seu estado natural (CPET S8b).

- Consulta de fontes de informação sobre biodiversidade
- Análise das informações da área sobre biodiversidade
- Procedimentos para realização de auditorias de campo específicas para identificar e avaliar ameaças reais e potenciais para conservação de ecossistemas-chave e habitats.
- Desclassificar o material proveniente de áreas onde a gestão florestal e as operações representam evidentes ameaças à conservação dos principais ecossistemas e habitats.
- Promoção de Boas Práticas Florestais
- Plano de monitorização

Meios de Verificação:

- Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário
- Localização, consulta das fontes de informação e identificação de condicionantes estabelecidos para as áreas, ecossistemas e habitats em causa
- PGF (Plano de Gestão Florestal), quando aplicável
- Parecer da autoridade florestal (ICNF), quando aplicável
- Auditoria de campo

2.2.4 - Biodiversidade é protegida (CPET S5b).

- Consulta de fontes de informação sobre biodiversidade
- Análise das informações da área sobre biodiversidade
- Procedimentos para realização de auditorias de campo específicas para identificar e avaliar ameaças reais e potenciais para a proteção da biodiversidade

- Desclassificar o material proveniente de áreas onde a gestão florestal e as operações não asseguram a proteção da biodiversidade.
- Promoção de Boas Práticas Florestais
- Plano de monitorização

Meios de Verificação:

- Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário
- Localização e consulta das fontes de informação
- PGF (Plano de Gestão Florestal), quando aplicável
- Parecer da autoridade florestal (ICNF), quando aplicável
- Auditoria de campo

2.2.6 - Impactos negativos da gestão florestal na água subterrânea, superficial e a jusante, são minimizados. (CPET S5b).

- Consulta de fontes de informação e legislação relacionada com a água
- Análise das informações da área sobre a erosão do solo
- Procedimentos para auditorias de campo específicas para verificar se a gestão florestal mantém ou melhora a qualidade do solo, especialmente nos casos de cortes rasos em dimensões acima à área máxima indicada para cada região pelo PROF em áreas que não sejam geridas pelo ICNF.
- Desclassificar o material proveniente de zonas onde for confirmado que a gestão florestal não minimiza impactos negativos sobre águas subterrâneas, águas superficiais e água a jusante.
- Promoção de Boas Práticas Florestais
- Plano de monitorização

Meios de Verificação:

- Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário
- Localização e consulta das fontes de informação e do respetivo PROF
- PGF (Plano de Gestão Florestal), quando aplicável
- Auditoria de campo

2.4.1 - A saúde, vitalidade e outros serviços fornecidos pelos ecossistemas florestais são mantidos ou melhorados (CPET S7a).

- Consulta de fontes de informação relacionada com riscos bióticos e abióticos para os serviços de ecossistemas
- Análise das informações da área relacionadas com riscos bióticos e abióticos
- Procedimentos para realizar auditorias de campo específicas para verificar os serviços de ecossistemas, aspetos sociais e ambientais e avaliar o planeamento e implementação de medidas para minimizar impactos e riscos reais ou potenciais.
- Desclassificar o material proveniente de áreas onde a saúde, vitalidade e os outros serviços prestados pelos ecossistemas florestais não são mantidos ou melhorados;
- Promoção de Boas Práticas Florestais
- Plano de monitorização

Meios de Verificação:

- Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário
- Localização e consulta das fontes de informação
- PGF (Plano de Gestão Florestal), quando aplicável
- Auditoria de campo

2.4.2 - Processos naturais, tais como incêndios, pragas e doenças são geridos de forma adequada (CPET S7b).

- Consulta de fontes de informação e legislação relacionada com processos naturais (incêndios, pragas, espécies invasoras e doenças)
- Análise das informações da área relativamente à espécies invasoras, doenças, recursos para prevenção e proteção contra incêndios
- Procedimentos para conduzir auditorias de campo específicas para verificar esses aspetos caso necessário.
- Desqualificar o material proveniente de áreas onde os processos naturais, tais como incêndios, pragas e doenças, não são geridos adequadamente.
- Promoção de Boas Práticas Florestais
- Plano de monitorização

Meios de Verificação:

- Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário
- Localização e consulta das fontes de informação
- PGF (Plano de Gestão Florestal), quando aplicável
- Auditoria de campo

2.5.1 - A posse e os direitos de uso das florestas (legal, consuetudinário e tradicional) dos povos indígenas e comunidades locais, são identificados, documentados e respeitados (CPET S9)

- Consulta das informações da área sobre o uso abusivo de cercas e portões fechados, sinais inadequados, e procedimentos para conduzir auditorias de campo para verificar esses aspetos caso necessário.
- Desclassificar o material proveniente de áreas onde é confirmado o uso abusivo de cercas, sinais inadequados e portões fechados, de maneira que direitos consuetudinários não são respeitados (exceto no caso de criações licenciadas ou zonas de caça maior).
- Promoção de Boas Práticas Florestais
- Plano de monitorização

Meios de Verificação:

- Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário
- Licença, quando aplicável
- Auditoria de campo

2.8.1 - Salvaguardas apropriadas são postas em prática para proteger a saúde e segurança dos trabalhadores florestais (CPET S12)

- Capacitação dos Fornecedores
- Confirmação da situação regularizada dos fornecedores qualificados em relação os requisitos de saúde e segurança no trabalho
- Procedimentos para conduzir auditorias de campo para verificar todos os aspetos relacionados com a saúde e segurança dos trabalhadores florestais.

- Desclassificar o material proveniente de áreas onde existem salvaguardas insuficientes ou inadequadas para proteger a saúde e segurança dos trabalhadores florestais.
- Promoção de Boas Práticas Florestais
- Plano de monitorização

Meios de Verificação:

- Documentação do operador (fornecedor, proprietário ou outro): Seguros de Saúde, Fichas de Aptidão Médica, Declaração de Não Dívida da Segurança Social, Registos de Formação, Registo de Distribuição de EPI, etc.
- Auditoria de campo

2.9.1 - Matéria-prima não tem origem em áreas que tinham estoques de carbono elevado em Janeiro de 2008 e não tenham mais esses estoques de carbono.

- Consulta de fontes de informação sobre áreas de estoques carbono elevado (pântanos, turfeiras e florestas ancestrais)
- Análise das informações da área sobre a vegetação ripícola e florestas ancestrais
- Procedimentos para conduzir auditorias de campo para verificar se a biomassa é proveniente de áreas que tinham estoques de carbono elevado, em janeiro de 2008 e já não têm esses estoques de carbono elevado.
- Proibir receção de material com origem em formações e galerias ripícolas.
- Desclassificar o material proveniente de áreas que tinham elevados stocks de carbono em janeiro de 2008 e que não tenham mais esses mesmos stocks.
- Promoção de Boas Práticas Florestais
- Plano de monitorização

Meios de Verificação:

- Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário
- Autorização de corte, quando aplicável
- Auditoria de campo

9.2 Monitorização e Resultados

Os resultados obtidos em 2018:

- 42 fornecimentos com Informação de Origem de Material Florestal
- 18 Auditorias de Monitorização
- 22.539,14 toneladas de material primário com Informação de Origem;
- 9.166 toneladas de material primário com ao menos um indicador com risco específico.
- 13.373,14 toneladas de material primário com todos indicadores com baixo risco.

Os indicadores para os quais não foi possível avaliar o risco como baixo foram:

- 2.1.2 - Potenciais ameaças, resultantes de atividades de gestão florestal, às florestas e outras áreas com altos valores de conservação (HCV), são identificadas e tratadas. (HCV 1, HVC 3, HCV4 e HCV5)
- 2.1.3 - Matéria-prima não tem origem em florestas convertidas em plantações ou em outros usos não-florestais depois de Janeiro de 2008.
- 2.2.1 - Matéria-prima é proveniente de florestas onde há uma avaliação adequada dos impactos, e planeamento, implementação e monitorização para minimizá-los.
- 2.2.2 - Matéria-prima é proveniente de florestas onde a gestão mantém ou melhora a qualidade do solo (CPET S5b).
- 2.2.3 - Ecossistemas e habitats importantes são conservados ou mantidos em seu estado natural (CPET S8b).
- 2.2.4 - Biodiversidade é protegida (CPET S5b).
- 2.4.1 - A saúde, vitalidade e outros serviços fornecidos pelos ecossistemas florestais são mantidos ou melhorados (CPET S7a).
- 2.9.1 - Matéria-prima não tem origem em áreas que tinham estoques de carbono elevado em Janeiro de 2008 e não tenham mais esses estoques de carbono.

Para os demais indicadores, foi possível avaliar o risco como baixo em todos os fornecimentos, tendo sido determinante:

- As informações recolhidas previamente das áreas,

- A consulta das diversas fontes de informação indicadas na Avaliação de Risco,
- A verificação das áreas durante e/ou após as operações,
- O nível organizacional dos fornecedores,
- As boas condições das máquinas e equipamentos,
- A capacitação dos trabalhadores, e
- A observação das boas práticas florestais durante a execução das operações.

10 Evidências Detalhadas dos Indicadores

Evidências Detalhadas dos Indicadores são apresentados no documento “Avaliação Nacional de Riscos SBP para Portugal” elaborada por solicitação da ANPEB, em conformidade com as exigências do SBP.

11 Revisão do Relatório

11.1 Revisão pelos pares

Este relatório foi originalmente enviado para um revisor independente. O período de revisão foi de 10 dias. Os comentários recebidos foram devidamente considerados na edição do relatório.

O revisor tem formação técnica e superior na área das Ciências Florestais, obtida em universidades na Suécia e no Canadá. Desde 1982 trabalha com diversas empresas e organizações de base florestal na Suécia, Canadá, Suíça e Portugal, onde reside.

Atualmente trabalha em Portugal, Suécia, Noruega, Dinamarca, USA e Canadá como Consultor em Gestão, Formação, Representação e Certificação em Recursos Naturais, e também como Auditor das seguintes iniciativas e referenciais: SBP, FSC, PEFC, ISO 9001, ISO 14001, ISO 19011, OHSAS 18001 e GAP analysis.

11.2 Avaliações públicas ou adicionais

A Avaliação da Base de Abastecimento, incluindo a Avaliação de Risco e o Programa de Qualificação e Controlo de Fornecedores, foi sujeita a uma consulta pública, lançada no dia 02 de Outubro de 2017, com vistas a recolher contributos para consolidar ou aprimorar a Avaliação.

A consulta foi feita por e-mail, tendo sido contactados mais de 60 partes interessadas, incluindo Autoridades, Autarquias, Juntas de Freguesia, Entidades Representativas, Instituições de Ensino, Associações de produtores, Empresas, Prestadores de Serviços, Clientes, Especialistas, Bombeiros e Sindicato.

12 Aprovação do Relatório

Aprovação do Relatório da Base de Abastecimento pela direção da empresa			
Elaboração:	Natércia Carvalho Giovanni de Alencastro	Gestor do Sistema Integrado Consultor	07/02/2019
	Nome	Cargo	Data
Eu, abaixo assinado, confirmo ser Diretor Geral da empresa e afirmo que o conteúdo deste relatório de avaliação foi devidamente reconhecido como sendo preciso antes da sua aprovação e finalização.			
Aprovado por:	João Baetas	Diretor Geral	08/02/2019
	Nome	Cargo	Data

13 Actualizações

13.1 Alterações significativas na Base de Abastecimento

As principais alterações na Base de Abastecimento do ano de 2018 dizem respeito ao seguinte:

- Menor consumo (cerca de 30%) devido a longa interrupção da produção para obras e manutenção na fábrica.
- Diminuição percentual do consumo de Biomassa Florestal Residual.
- Aumento percentual do consumo de madeira em rolo.
- Aumento percentual do consumo de matéria-prima secundária, essencialmente estilha, serrim e costaneiros de Pinho Bravo.
- Manutenção da Avaliação da Base de Abastecimento, o que possibilitou o aumento do consumo de matéria-prima “SBP compliant” com origem em situações nas quais todos os indicadores SBP foram avaliados como de baixo risco.
- Aumento da entrada de material Certificado FSC (cerca do dobro da quantidade de 2017 em termos absolutos).

13.2 Eficácia das medidas de mitigação anteriores

Não Aplicável.

13.3 Novas classificações de risco e medidas de mitigação

Não Aplicável.

13.4 Valores reais das matérias-primas nos últimos 12 meses

O abastecimento do último ano (Janeiro a Dezembro de 2018) é assim caracterizado:

Material	Espécie	Quantidade (t)	2017
Madeira em rolo	Pinheiro Bravo	15.388,36	16.153
	Pinheiro Manso	9.931,48	16.081
	Eucalipto	7.198,40	4.068
	Outras (Acacia, Choupo, Cedro)	1.705,5	2.067
Biomassa Florestal Residual	Pinheiro Bravo e Manso	11.326,42	40.119
Estilha, serrim e costaneiros	Pinheiro Bravo e Manso	17.370,44	28.219
Estilha e retestos	Criptoméria	125,90	
		63.046,5	108.075

13.5 Dados projetados para a matéria-prima nos próximos 12 meses

O abastecimento previsto para 2019 é assim caracterizado:

Material	Espécie	Quantidade (t)	%	
			SBP controlled	SBP compliant
Madeira em rolo	Pinho Bravo e Manso	27.300	15	45
	Outras Espécies	8.900	5	5
Biomassa Florestal Residual	Pinho Bravo e Manso	11.500	5	10
Estilha, serrim e costaneiros	Pinho Bravo e Manso	17.500	15	-
		65.200	100	